



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenadora,
Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenadora

Este GT d? continuidade h? um debate iniciado em 2015, que respondia a tr?s distintas ordens de problemas: a dimens?o ?tica da dor, as t?cnicas de governo e a escrita etnogr?fica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes s?o esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articula?es entre t?cnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu vi?s anal?tico ? o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como ?dor?, ?sofrimento?, ?sofrer?; os desafios metodol?gicos ? como fazer etnografia de/em situa?es de sofrimento?; e suas composi?es ?ticas - at? onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaix?o desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condi??o comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribui?es que, independentemente de v?nculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a for?a ?tica produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espa?o ? for?a produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e popula?es govern?veis. E, de outro lado, n?o se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de an?lise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

A resili?ncia como possibilidade interpretativa para situa?es de ang?stia e sofrimento em contextos de amea?a de remo?o de moradias

Autoria: Anelise dos Santos Gutterres

Minha proposta ? pensar as potencialidades e os limites da no?o de resili?ncia enquanto possibilidade interpretativa sobre o sofrimento e seus efeitos. Pesquisando a partir das narrativas de luta contra as remo?es de moradia em diferentes cidades brasileiras durante o per?odo que antecedeu a realiza?o dos ?megaeventos? me aproximei da no?o de resili?ncia como uma possibilidade ?tica de reflex?o. Tal como se apresentou em minha etnografia, a amea?a de perda da casa foi ?gatilho? para v?rias outras narrativas de sofrimento, que articulavam relatos de diferentes deslocamentos for?ados vividos pelas narradoras ou por pessoas pr?ximas; les?es por atendimentos de sa?de precarizados; relatos de mortes e invas?es de moradia em opera?es policiais; obras de urbaniza?o inconclusas. Por interm?dio deste evento cr?tico ? a amea?a de remo?o ? a vida relatada apresentou-se fragmentada em ??pocas brabas?, dif?ceis, mas que evocaram sempre um sentido de supera?o. Compreendi esses relatos, todos eles atravessados pela minha presen?a e pela minha escuta, como narrativas de resili?ncia. Que organizavam a legitimidade da moradia: demarcando a casa como possibilidade de enraizamento, como crucial na centraliza?o de afetos, trajet?rias e projetos de vida. E onde diferentes modalidades de sofrimento tornavam-se sacrif?cios; que nominados, eram parte da din?mica de uma luta pelo reconhecimento. Concordamos que a no?o de resili?ncia pode assumir um car?ter ?conservador e apol?tico? (MacKinnon e Derickson 2013) quando apropriada por ag?ncias estatais e pelo universo corporativo, j? que colocam sobre os indiv?duos, comunidades e lugares, o ?nus de se tornarem mais adapt?veis. Seguimos, todavia, tanto uma perspectiva que dialoga com as proposi?es de Veena Das, cuja ?nfase no fragmento auxilia na compreens?o de como determinados cotidianos s?o habitados; quanto de Michel Lemay e Boris Cyrulnik que enfatizam que ser resiliente n?o significa sair ileso, n?o significa ser invulner?vel, mas tornar-se capaz de acomodar vest?gios. Compreendendo que os sofrimentos narrados s?o efeitos de uma necrogovernan?a que produz na perda, na amea?a, na dor e na ang?stia as condi?es em que



a vida é vivida para uma população - majoritariamente negra - que habita as favelas; minha proposta é pensar coletivamente a eficácia da resiliência enquanto enquadramento para o processo de elaboração dessas dores. Também gostaria de refletir se esta escolha interpretativa não narraria paralelamente uma tentativa de transposição dos sentimentos compartilhados em situações de interlocução; como forma de acomodação das experiências de transformação e escuta diante da dor do Outro; diante do esforço das narradoras em acomodar perdas e sofrimentos em um cotidiano de pequenos sacrifícios.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

